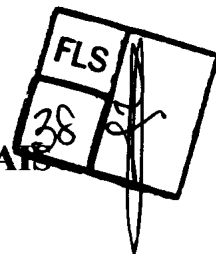




## CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS



**RESOLUÇÃO Nº 468, de 20 de dezembro de 2000.**

**Fixa o subsídio dos Vereadores à Câmara Municipal de Paracatu para a Décima Quarta Legislatura e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara Municipal de Paracatu - Estado de Minas Gerais -, no uso da atribuição legal que lhe confere o artigo 81, I, "d", III, "a", da Resolução Legislativa nº 351, de 30 de outubro de 1996, promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

**Art. 1º.** Os Vereadores à Câmara Municipal de Paracatu perceberão no decurso da Décima Quarta Legislatura, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004, um subsídio mensal em parcela única de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos Reais).

**Art. 2º** – O Presidente da Câmara Municipal de Paracatu perceberá no decurso da Décima Quarta Legislatura, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004, um subsídio mensal em parcela única de R\$3.000,00 (três mil Reais).

**Art. 3º** - O subsídio de que trata o artigo 1º será devido pelo comparecimento efetivo do vereador às reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara e das Comissões Permanentes e Temporárias a que pertencer e à participação nas votações.

**Art. 4º** - O subsídio será:

I – integral para o Vereador:

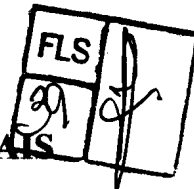
- a) no exercício do mandato;
- b) quando licenciado na forma dos incisos I e II do artigo 56 da Resolução nº 351/96 ou quando se enquadrar na exceção prevista no § 2º do artigo 54 do mesmo diploma legal;

*July*

*Am*



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS



c) suplente quando convocado para o exercício do mandato;

### II – proporcional para o Vereador:

a) que não comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara;

b) que não comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias das Comissões Permanentes ou Temporárias a que pertencer;

c) suplente de membro de Comissão que não comparecer às suas reuniões, quando regularmente convocado pelo seu Presidente.

**§ 1º** - A proporção de que trata a alínea “a” do inciso II deste artigo será alcançada dividindo-se o total do subsídio mensal devido ao Vereador pelo número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o mês, obtendo-se o valor que será deduzido por cada falta registrada.

**§ 2º** - A proporção de que trata as alíneas “b” e “c” deste artigo será obtida pela divisão do total do subsídio mensal devido ao Vereador por 1/30 (um trinta avos), valor que será deduzido por cada falta registrada, salvo se o Presidente da Comissão aceitar a justificativa escrita da falta.

**Art. 5º** - Nas sessões legislativas extraordinárias, o Vereador terá direito à percepção de parcela indenizatória correspondente por reunião a 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, atendido o disposto no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 25, de 14 de fevereiro de 2000.

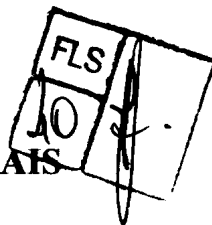
**Art. 6º** - Os subsídios dos Vereadores poderão ser reajustados anualmente, sempre na mesma data e nos mesmos índices dos reajustes concedidos aos servidores públicos municipais, desde que observado o disposto no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 25, de 14 de fevereiro de 2000.

**Parágrafo único** – O reajuste a que se refere o artigo será feito por ato da Mesa Diretora.

*Handwritten signature and initials.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS



Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor dia 01 de janeiro de 2001.

Paracatu - MG, 20 de dezembro de 2000.

VEREADOR ANTÔNIO JOSÉ MACHADO ROCHA

*Presidente*

VEREADOR JESUE DE ARAUJO MESQUITA

*Secretário*

